

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

**PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA
(TAMBÉM ACORDO DE FUSÃO)**

entre

AVS AUTOMOTIVE VERSICHERUNGSVERMITTLUNG GMBH

e

AWP ÁUSTRIA GMBH

Entidades

transferidoras e

AP SOLUTIONS GMBH

Entidade recetora

9 de abril de 2025

Conteúdo

PREÂMBULO	3
1. ENTIDADES QUE SE TRANSFORMAM (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e § 28 (1) n.º 1 EU-UmgrG).....	5
2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO.....	6
3. EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	6
4. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e Artigo 28 (3), Artigo 30 (4), (5) EU-UmgrG).....	7
5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO	7
6. DATA EFECTIVA DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (§ 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG) e § 28 (1) n.º 6, 11, 12 EU-UmgrG)	8
7. EFEITOS PREVISTOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NA CONCENTRAÇÃO (§ 307 (2) n.º 4 UmwG e § 28 (1) n.º 4 UmgrG).....	8
8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e Secção 28 (1) n.º 10 EU-UmgrG).....	13
9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (n.º 2 artigo 307.º) n.ºs 7 e 8 UmwG e § 28 (1) n.ºs 7 e 8 EU-UmgrG)).....	14
10. Escritura de fundação e estatutos da entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e § 28 (1) n.º 9 EU-UmgrG).....	14
11. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDITORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e § 28 (1) no 14 EU-UmgrG)	14
12. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15

**PROJECTO COMUM DE FUSÃO
TRANSFRONTEIRIÇA (OU ACORDO DE
FUSÃO)**

ENTRE OS ABAIXO ASSINADOS:

1. **AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH** (a seguir designada "**AVS Áustria**"), uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída na Áustria com o número de registo FN 164216 w e com sede social em Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria,
2. **AWP Austria GmbH** (a seguir designada por "**AWP Austria**"), uma de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída na Áustria com o número de registo FN 151080 b e com sede social em Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria,

a seguir designadas por "**Entidades cedentes**" e cada uma delas por "**Entidade cedente**",

E

3. **AP SOLUTIONS GMBH**, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha, registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695,

a seguir designada por "**entidade recetora**".

As entidades cedentes e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente por "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

PREÂMBULO

- (A) Os Diretores-Gerais de cada uma das Entidades Cedentes e os Diretores-Gerais da Entidade Recetora fundir as Entidades Cedentes na Entidade Recetora através de uma fusão transfronteiriça por absorção (a "**Fusão**").
- (B) A fusão faz parte de uma operação global destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem as entidades cedentes e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais, com o objetivo de simplificar a organização jurídica do grupo Allianz Partners.
- (C) A entidade beneficiária tem uma sucursal na Áustria. Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH, outra sociedade alemã de responsabilidade limitada do grupo Allianz Partners (a "**fusão subsequente**").

A Allianz Partners Deutschland GmbH possui igualmente uma sucursal na Áustria. As partes têm como objetivo a conclusão da fusão e da fusão subsequente na mesma data, enquanto a fusão subsequente estará sujeita à condição prévia de que a fusão tenha sido concluída. Por conseguinte, a sucursal austríaca da Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá as actividades exercidas pelas entidades cedentes após a conclusão da fusão e da fusão subsequente. Se, contra a vontade das partes, houver um período intermédio entre a conclusão da fusão e a fusão subsequente, a sucursal austríaca da AP Solutions GmbH prosseguirá as actividades das entidades cedentes durante esse período intermédio.

- (D) Quando a fusão se tornar efectiva, os respectivos activos e passivos das entidades cedentes serão atribuídos à sucursal austríaca da entidade beneficiária. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, estes activos e passivos serão então atribuídos à sucursal austríaca da Allianz Partners Deutschland GmbH. A atividade transferida será então gerida pela Allianz Partners Deutschland GmbH. Para uma descrição mais pormenorizada das etapas individuais e da sequência de execução desta reorganização, remete-se para o plano de reorganização estabelecido para efeitos fiscais austríacos e alemães, em conformidade com o artigo 39º da lei austríaca relativa à reorganização fiscal (*Umgründungssteuergesetz - UmgrStG*) ("**UmgrStG**"), que consta do **anexo (D)** do presente projeto de fusão
- (E) A Fusão é uma fusão transfronteiriça e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis na Áustria e na República Federal da Alemanha, em implementação da Diretiva (UE) 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, alterada pela Diretiva (UE) 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativa a certos aspetos do direito das sociedades. Na Áustria, a fusão é realizada em conformidade com o capítulo 3 (secções 26 a 45) da Lei austríaca de reorganização da UE (*EU-Umgründungsgesetz - EU-UmgrG*) ("**EU-UmgrG**"). Na República Federal da Alemanha, a fusão é realizada em conformidade com as disposições da Parte I do Livro VI (artigos 305º a 318º) da lei alemã relativa à transformação (*Umwandlungsgesetz - UmwG*) ("**UmwG**").
- (F) Quando a fusão for implementada, o único acionista das entidades cedentes e da entidade beneficiária será a Allianz Partners SAS, uma sociedade anónima francesa simplificada (*Société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo da legislação francesa, com sede social em Saint-Ouen-sur-Seine, França, e sede social em 7 rue Dora Maar 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 301 763 116. Antes da aprovação e deliberação da fusão pelo acionista único das entidades cedentes, a participação única do anterior acionista único da AWP Austria, a saber, a AWP P&C S.A. (519 490 080 R.C.S.), e da AVS Austria, a saber, a AVS Automotive Versicherungs Service GmbH (registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Darmstadt sob o número HRB 90660), será transferida e atribuída à Allianz Partners SAS.

- (G) As partes celebram igualmente o projeto de fusão nos termos do artigo 28.º da EU-UmgrG e do artigo 307.º da UmwG, com o mesmo conteúdo que um acordo de fusão (*Verschmelzungsvertrag*) na aceção do n.º 4 do artigo 34.º da EU-UmgrG, sob a forma de um ato notarial austríaco ou de uma forma equivalente de reconhecimento notarial estrangeiro.

As Entidades cedentes e a Entidade beneficiária acordam no seguinte plano conjunto de fusão (também o acordo de fusão) (o "**Plano de fusão**").

REGISTAM-SE E CONCORDAM COM O SEGUINTE:

1. ENTIDADES DE FUSÃO (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e § 28 (1) n.º 1 EU-UmgrG)

1.1. Entidades transferidoras

A AVS Austria é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída na Áustria com o número de registo FN 164216 w, com sede social em Viena, Áustria, e com sede social em Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria. O capital social da AVS Austria, totalmente realizado, ascende a 500 000,00 xelins austríacos. A única ação da AVS Austria é - à data da assinatura do presente projeto de concentração - detida pela AVS Automotive Versicherungs Service GmbH. Antes da aprovação e da resolução da concentração pelo único acionista da AVS Austria, a única ação da AVS Austria será diretamente detida pela Allianz Partners SAS (e, consequentemente, a Allianz Partners SAS será o único acionista da AVS Austria). Esta estrutura acionista baseia-se numa transferência interna de acções do grupo da única ação da AVS Austria para a Allianz Partners SAS, a partir da AVS Automotive Versicherungs Service GmbH, que é também uma filial direta da Allianz Partners SAS. A AVS Austria não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além da participação na AVS Austria. O nome completo da empresa é: AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH.

A AWP Austria é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída na Áustria com o número de registo FN 151080 b, com sede social em Viena, Áustria, e com sede social em Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria. O capital social da AWP Austria, integralmente realizado, ascende a 18 520 640,00 EUR. A única ação da AWP Austria é - no momento da assinatura do presente projeto de concentração - detida pela AWP P&C S.A. Antes da aprovação e deliberação da concentração pelo único acionista da AWP Austria, a única ação da AWP Austria será também diretamente detida pela Allianz Partners SAS (e, por conseguinte, a Allianz Partners SAS será o único acionista da AWP Austria). Esta estrutura acionista numa transferência interna do grupo da única ação da AWP Austria para a Allianz Partners SAS a partir da AWP P&C S.A., que é igualmente uma filial direta da Allianz Partners SAS. A AWP Austria não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além da participação na AWP Austria. O nome completo da empresa é: AWP Austria GmbH.

1.2. Entidade recetora

A Entidade Recetora, AP Solutions GmbH, é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão com sede social em Munique, Alemanha. A sua sede social é em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A entidade recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique com o número HRB 177695. O nome completo da empresa é: AP Solutions GmbH.

A Entidade Recetora tem um capital social de 824.739,00 euros, representado por 824.739 acções com um valor nominal de 1,00 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas directamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Entidade Recetora não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora.

2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO

2.1 As Entidades cedentes, enquanto entidades cedentes são fundidas na Entidade recetora, enquanto entidade recetora, através de uma fusão transfronteiriça por absorção nos termos da Secção 305

(1) UmwG em conjugação com o § 2 n.º 1 UmwG e § 27 n.º 3 lit. a e d e n.º 4 EU-UmgrG. Com esta fusão, cada uma das entidades cedentes transfere todos os seus respectivos activos e passivos como um todo, com todos os direitos e obrigações individuais, para a entidade recetora por dissolução sem liquidação. Não são estabelecidas quaisquer relações jurídicas entre as entidades cedentes. Quando a fusão se tornar efectiva, a totalidade dos activos e passivos (todos os activos e passivos) das respectivas entidades cedentes é transferida para a entidade recetora por sucessão universal.

2.2 A partir da data de fecho para efeitos contabilísticos e fiscais austríacos (*Verschmelzungstichtag*), tanto as Entidades cedentes como a Entidade beneficiária têm e, a partir da Data de Conclusão (conforme definido abaixo), tanto as Entidades cedentes como a Entidade beneficiária terão um justo valor de mercado positivo.

3. EFICÁCIA DA FUSÃO

3.1 A fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 305.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG e com o artigo 38.º da EU-UmgrG, após a inscrição no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Na data de conclusão, as entidades cedentes deixarão de existir e os seus activos e passivos serão transferidos para a entidade beneficiária como um todo, sem liquidação.

3.2 Na data de conclusão, a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registos, livros ou fichas relativos aos bens e direitos das entidades cedentes será transferida para a entidade beneficiária.

4. **SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO**
(§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e
Artigo 28 (3), Artigo 30 (4), (5) EU-UmgrG)
- 4.1 Tanto as Entidades cedentes como a Entidade recetora são filiais directas ou indirectas da Allianz Partners SAS e, antes da aprovação e resolução da Fusão pelo único acionista das Entidades cedentes, tanto as Entidades cedentes como a Entidade recetora são filiais directas a 100% da Allianz Partners SAS. Por conseguinte, um aumento do capital social da entidade beneficiária através da emissão de novas acções não é necessário para a implementação da fusão e não terá lugar (§ 307 (3) n.º 2 (a) e (b) UmwG e § 27 n.º 3 lit d EU-UmgrG).
- 4.2 Uma vez que todas as acções das Entidades cedentes e da Entidade recetora são detidas directamente pela Allianz Partners SAS antes da aprovação e resolução da Fusão pelo único acionista das Entidades cedentes e não são emitidas quaisquer acções para os acionistas das Entidades cedentes, em conformidade com o § 307 (3) n.º 2 (a) UmwG e o § 27 n.º 3 lit d EU-UmgrG, este projeto de fusão não inclui quaisquer informações sobre uma relação de troca de acções (§ 307 (2) n.º 2 UmwG e § 28 (1) n.º 2 em conjugação com (3) EU-UmgrG), uma transferência de novas acções na entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 3 UmwG e § 28 (1) n.º 3 em conjugação com (3) EU-UmgrG), participação nos lucros de novas acções (§ 307 (2) n.º 5 UmwG e § 28 (1) n.º 5 em conjugação com (3) EU-UmgrG) ou uma compensação em dinheiro (§ 307 (2) n.º 13 UmwG e § 28 (1) n.º 13 em conjunto com (3) EU-UmgrG).
- 4.3 Uma vez que todas as acções das entidades cedentes e da entidade beneficiária são detidas directamente pela Allianz Partners SAS antes da aprovação e resolução da fusão pelo único acionista das entidades cedentes, não é exigida uma auditoria de fusão e um relatório de auditoria de fusão nos termos do § 8 (3) frase 3 n.º 1 (b) e n.º 2 UmwG em conjunto com os §§ 9 (2) e 12 (3) UmwG em conjunto com o § 311 (2) frase 1 UmwG, e não é exigida uma análise deste projeto de fusão ou um relatório de peritos nos termos dos §§ 28 (3) em conjunto com 30 (5) EU-UmgrG.
5. **RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO**
- 5.1 Uma vez que todas as acções das entidades cedentes e da entidade beneficiária são detidas directamente pela Allianz Partners SAS antes da aprovação e deliberação sobre a fusão pelo único acionista das entidades cedentes, não é necessário um relatório de fusão para os acionistas (secção para os acionistas no relatório de fusão) nos termos do § 309 (6) frase 1 em conjugação com o § 8 (3) frase 3 n.º 1 (b) UmwG, bem como do § 309 (6) frase 1 em conjugação com o § 8 (3) frase 3 n.º 1 (b) UmwG.

com o § 8 (3) frase 3 n.º 2 UmwG e § 28 (3) em conjunto com 29 (2) n.º 3 EU-UmgrG.

- 5.2 Foi elaborado um relatório de fusão para os trabalhadores das entidades cedentes e da entidade beneficiária, em conformidade com o § 309 (1), (2), (3) e (5) da UmwG e com o § 11 (5) em conjugação com o § 29 da EU-UmgrG. O relatório de fusão para os trabalhadores foi disponibilizado às representações de trabalhadores e aos trabalhadores não representados por uma representação de trabalhadores das partes, juntamente com, entre outros, um projeto deste plano de fusão, de acordo com o artigo 310 (1) UmwG e os artigos 14 em conjunto com 32 EU-UmgrG.

6. DATA DE EFECTIVAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (§ 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG e Secção 28 (1) n.º 6, 11, 12 EU-UmgrG)

- 6.1. A aquisição dos activos das entidades cedentes pela entidade beneficiária terá , para efeitos contabilísticos entre as partes, a partir de 1 de janeiro de 2025, às 0:00 horas, hora da Europa Central (início do dia). A partir desta data, todas as acções e operações das entidades cedentes são consideradas como tendo sido realizadas por conta da entidade beneficiária (data efectiva da fusão na aceção do § 307 (2) n.º 6 UmwG).
- 6.2. A data-limite para efeitos contabilísticos e fiscais austríacos (*Verschmelzungsstichtag*), na aceção do § 28 (1) n.º 6 da EU-UmgrG e do § 2 (5) da UmgrStG, e a data de transferência e aquisição para efeitos fiscais alemães (*steuerlicher Übertragungsstichtag*), na aceção do § 2 (1) da UmwStG, é 31 de dezembro de 2024 (24:00 horas, hora da Europa Central).
- 6.3. A data das contas financeiras da entidade beneficiária e das entidades cedentes, que serão utilizadas para determinar as condições fusão, é 31 de dezembro de 2024 (§ 307 (2) n.º 12 UmwG e § 28 (1) n.º 12 EU-UmgrG).
- 6.4. Para a transferência, os activos das entidades transferidoras foram avaliados pelo valor contabilístico (artigo 307.º, n.º 2, n.º 11 da UmwG). Os activos e passivos das entidades transferidoras que são transferidos para a entidade recetora são avaliados para efeitos contabilísticos na Áustria, na data de conclusão, com base na continuação dos valores contabilísticos austríacos (artigo 28.º, n.º 1, n.º 11 da EU-UmgrG), de acordo com os GAAP austríacos.

7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) n.º 4 UmwG e § 28 (1) n.º 4 UmgrG)

Após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH [a fusão subsequente, tal como definida no preâmbulo (C)]. A

As partes têm como objetivo a conclusão da fusão subsequente na mesma data que a conclusão da fusão. Por conseguinte, por uma questão de transparência, as explicações que se seguem descrevem os efeitos da fusão e da fusão subsequente. Deve notar-se, contudo, que a fusão subsequente é juridicamente uma fusão distinta.

7.1. Efeitos sobre os trabalhadores das entidades transferidas (AVS Austria e AWP Austria)

A AVS Austria tinha 4 empregados empregados na Áustria em 28 de fevereiro de 2025 e um empregado alugado que, devido a um contrato de trabalho por um período de tempo prolongado, também é considerado parte da força de trabalho da AVS Austria ao abrigo da lei austríaca sobre a constituição de trabalhadores.

Em 28 de fevereiro de 2025, a AWP Austria empregava 204 trabalhadores na Áustria. Devido a uma decisão empresarial independente da fusão, está prevista a transferência de certas funções da AWP Austria (em particular, funções centrais e de vendas), incluindo as relações laborais dos trabalhadores da AWP Austria afectos a estas funções (aproximadamente 80 trabalhadores), para a sucursal austríaca da AWP P&C S.A., "AWP P&C S.A. Niederlassung für Österreich" (FN 100329v), com efeitos a partir de 1 de maio de 2025. Por conseguinte, o número de trabalhadores da AWP Austria será reduzido.

Na AWP Austria foi eleito um conselho de empresa para os trabalhadores atualmente empregados na AWP Austria. A AVS Austria não dispõe de um conselho de empresa. A AVS Austria e a AWP Austria têm unidades de negócio distintas, na aceção do artigo 34.o da lei austríaca relativa à constituição do trabalho (*Arbeitsverfassungsgesetz - ArbVG*).

Nos termos do § 38 n.º 3 da EU-UmgrG, a fusão implica a transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho dos trabalhadores das entidades cedentes para a entidade beneficiária. Quando a fusão se tornar efectiva, todas as relações laborais das entidades cedentes, com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a entidade beneficiária. As disposições contratuais individuais, os compromissos e os direitos adquiridos continuarão a aplicar-se sem alterações aos trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão.

A entidade beneficiária é responsável, sem limitações, por todas as obrigações, incluindo os pagamentos em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento da transferência da atividade (ou seja, o momento em que a fusão se torna efectiva), nos termos dos §§ 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 1 UmwG e § 38 n.º 3 EU-UmgrG. As entidades cedentes deixam de ser responsáveis, uma vez que deixam de existir com a da fusão (§§ 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 2 UmwG e § 38 n.º 4 EU-UmgrG).

Não estão previstas reduções de pessoal, alterações operacionais, deslocalizações ou reestruturações no âmbito da concentração. Está previsto que a entidade beneficiária (ou, após a fusão subsequente, a entidade beneficiária

efeito, a Allianz Partners Deutschland GmbH) continuará as unidades de negócio das entidades cedentes separadamente, incluindo os empregados que trabalham nessas unidades de negócio.

Está igualmente previsto que as respectivas áreas de atividade não sofram alterações em resultado da Fusão (ou da Fusão subsequente). O local de trabalho dos trabalhadores das entidades cedentes permanecerá o mesmo e estes continuarão as suas actividades da mesma forma que antes da fusão. Por conseguinte, as condições legais de emprego também se manterão inalteradas.

As unidades empresariais da AVS Austria e da AWP Austria estão atualmente separadas em termos de organização e prevê-se que continuem a estar separadas em termos de organização mesmo após a fusão (e a fusão subsequente). No decurso da fusão (e da fusão subsequente), as actuais unidades empresariais das entidades cedentes não serão alteradas, combinadas ou restringidas em termos organizacionais. Também não se verificará o início de uma unidade empresarial. Por conseguinte, a fusão (e a fusão subsequente, respetivamente) não afectará as unidades empresariais e os trabalhadores e, em especial, a aplicação dos acordos de negociação colectiva atualmente em vigor, a competência da comissão de trabalhadores para os trabalhadores que trabalham nas operações da AWP Austria e quaisquer acordos de trabalho aplicáveis a estes trabalhadores. Os contratos de trabalho ou convenções colectivas de trabalho aplicáveis na entidade beneficiária não se aplicarão às relações de trabalho dos trabalhadores das entidades cedentes após a fusão.

Por conseguinte, a fusão não terá qualquer efeito sobre os trabalhadores das entidades cedentes e as suas relações laborais (exceto no que se refere à mudança de empregador). O mesmo se aplica à fusão subsequente, que também não resultará em quaisquer alterações materiais para os trabalhadores das entidades cedentes.

Prevê-se que a Allianz Partners Deutschland GmbH continue as operações comerciais das entidades cedentes (exceto, como mencionado, as funções transferidas da AWP Austria para a AWP P&C S.A. antes da fusão) com os trabalhadores que trabalham nestas áreas comerciais.

Uma vez que os trabalhadores das entidades cedentes passarão a ser trabalhadores da entidade beneficiária após a conclusão da fusão, as consequências da fusão subsequente para os trabalhadores da entidade beneficiária (tal como descrito em 7.2 infra) aplicar-se-ão igualmente aos trabalhadores das entidades cedentes logo que a fusão subsequente produza efeitos.

7.2. Efeitos sobre os empregados da Entidade Recetora

A entidade beneficiária empregava um número total de 3.413 trabalhadores, dos quais 327 na Alemanha, em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe qualquer comissão de trabalhadores local na entidade beneficiária para os trabalhadores atualmente empregados na entidade beneficiária em

Alemanha. Os conselhos de empresa locais e outros representantes dos trabalhadores existentes na entidade beneficiária a nível das sucursais em França, Itália, Espanha e Portugal não serão afectados pela fusão. Estes representantes locais dos trabalhadores continuarão a existir na Allianz Partners Deutschland GmbH após a fusão subsequente. O conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*) existente na Allianz SE continuará a ser competente ao abrigo das disposições da lei alemã relativa à constituição de empresas ("**BetrVG**"). Quaisquer acordos de trabalho a nível do grupo em vigor na entidade beneficiária continuam a ser aplicáveis após a fusão e a fusão subsequente. As entidades beneficiárias e a entidade beneficiária não são membros de uma associação patronal alemã. As convenções colectivas de trabalho alemãs (*Tarifverträge*) não se aplicam directamente antes da implementação da fusão e tal não se alterará devido à fusão e à fusão subsequente.

A fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e as suas relações laborais. De igual modo, a Fusão subsequente não terá qualquer efeito direto (exceto no que se refere à mudança de empregador) para os trabalhadores da Entidade beneficiária.

As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade beneficiária será alterada ou restringida em termos organizacionais em resultado da fusão. Além disso, a fusão subsequente não terá qualquer alteração substantiva sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão e da fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais.

As relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária não serão alteradas pela fusão; em especial, a situação jurídica dos trabalhadores da entidade beneficiária em matéria de cessação do contrato de trabalho não será afetada pela fusão. Na medida em que existam acordos de trabalho, acordos contratuais individuais e outros acordos de empresa, compromissos e acordos, estes não serão afectados pela fusão e não se aplicarão quaisquer alterações aos trabalhadores da entidade beneficiária. Não estão previstas quaisquer medidas relacionadas com a fusão que possam ter um impacto nos trabalhadores da entidade beneficiária.

De acordo com as respectivas leis locais, a fusão subsequente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes das relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária (incluindo os relativos às suas sucursais) para a Allianz Partners Deutschland GmbH e na sua atribuição à respectiva sucursal. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade beneficiária (incluindo as relativas às suas sucursais), com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a Allianz Partners Deutschland GmbH e atribuídas à respectiva sucursal. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se inalterados para os trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão subsequente.

Fusão. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão subsequente. Após a fusão subsequente, quaisquer acordos de empresa da Allianz Partners Deutschland GmbH celebrados com o conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) da Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito das suas responsabilidades nos termos do § 50 (1) da BetrVG aplicar-se-ão aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Tal não se aplica se esse acordo de empresa se limitar a determinadas operações comerciais da Allianz Partners Deutschland GmbH ou se forem aplicáveis disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais aplicáveis à Allianz Partners Deutschland GmbH na Alemanha não serão aplicáveis às relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente se tornar efectiva. A partir desse momento, a entidade beneficiária deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir. Após a conclusão da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH continuará a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectos a esta atividade nas respectivas sucursais. De acordo com a legislação aplicável, nem as Entidades que Transferem nem a Entidade Recetora têm um conselho de supervisão. A Allianz Partners Deutschland GmbH está a criar um conselho de supervisão, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

A fusão também não tem efeitos sobre os trabalhadores de outras entidades que serão transferidas para a entidade beneficiária no âmbito de fusões transfronteiriças de outras jurisdições que serão realizadas em paralelo e que podem tornar-se efectivas antes ou depois da fusão; o mesmo se aplica aos trabalhadores das duas filiais da entidade beneficiária, a Neoasistencia Manoterias

S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também serão fundidas na entidade beneficiária em paralelo com a presente fusão, bem como as filiais de uma das entidades cedentes no âmbito de outra fusão transfronteiras (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão na sua empresa-mãe antes data de conclusão)). Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações relacionadas com a fusão. No entanto, como as outras fusões transfronteiriças podem tornar-se efectivas antes da fusão, estas podem ter um impacto no número de trabalhadores da entidade beneficiária empregados fora da Alemanha na altura em que a fusão se tornar efectiva. Os efeitos da fusão subsequente acima descritos também se aplicam aos trabalhadores que se tornam trabalhadores da entidade beneficiária no âmbito de outras fusões transfronteiriças.

7.3. Efeitos sobre as pensões da empresa e os direitos à pensão da empresa (§ 307 (2) nº 16 UmwG)

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária não serão afectados pela fusão e os trabalhadores

empregados ou anteriormente empregados por qualquer das entidades cedentes não serão elegíveis para essas pensões da entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas a pensões da empresa e direitos conexos a pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados por qualquer das entidades cedentes serão transferidas para a entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas a pensões da empresa e direitos conexos a pensões da empresa e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão subsequentemente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito da fusão subsequente.

8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e Secção 28 (1) nº 10 EU-UmgrG)

- 8.1. Como a entidade beneficiária foi constituída ao abrigo do direito alemão, aplicar-se-iam as regras legais alemãs sobre a (futura) co-determinação. No entanto, a fusão não exige um procedimento de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores na entidade beneficiária.
- 8.2. Nem as Entidades que Transferem nem a Entidade Recetora têm um conselho de supervisão co-determinado ou estão sujeitas a quaisquer regras de co-determinação aplicáveis. A entidade beneficiária empregava 327 trabalhadores na Alemanha em 28 de fevereiro de 2025 e espera-se que continue a ter aproximadamente 327 trabalhadores na Alemanha após a conclusão das transacções, uma vez que todos os outros trabalhadores, bem como os trabalhadores transferidos ao abrigo de fusões transfronteiriças implementadas em paralelo na entidade beneficiária, serão empregados em sucursais fora da Alemanha; o mesmo se aplica aos trabalhadores das duas filiais da entidade beneficiária, Neoassistencia Manoterias S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também serão fundidas na entidade beneficiária paralelamente a esta fusão, bem como aos trabalhadores das únicas filiais de uma das entidades cedentes no âmbito de outra fusão transfronteiriça (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão com a sua empresa-mãe antes da data de conclusão)). No caso de uma GmbH austríaca, deve ser criado um conselho de supervisão com representantes dos trabalhadores, se a GmbH tiver 300 trabalhadores (§ 29 (1) GmbHG). O limiar relevante para a Áustria que desencadeia a obrigação de conduzir um processo de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores é, por conseguinte, de 240 trabalhadores, o que não é atingido em nenhuma das Entidades transferidoras. Por conseguinte, os pré-requisitos do artigo 5.º da lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças ("**MgVG**")

não são cumpridas. Por conseguinte, não é apresentada qualquer declaração sobre os procedimentos de negociação nos termos da Secção 307

(2) não é necessário 10 UmwG.

9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (Secção 307 (2) no 7 e 8 UmwG e § 28 (1) n.º 7 e 8 EU-UmgrG))

9.1. Não existem entre as partes pessoas singulares ou colectivas com direitos especiais na do § 307 (2) n.º 7 UmwG e do § 28 (1) n.º 7 EU-UmgrG e não existem detentores de valores mobiliários que não sejam acções da sociedade. Por conseguinte, a entidade beneficiária não concede quaisquer direitos ou compensações na aceção do § 307 (2) n.º 7 UmwG ou do § 28 (1) n.º 7 EU-UmgrG e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.

9.2. Não foram nem serão concedidos quaisquer benefícios especiais na aceção do § 307 (2) n.º 8 UmwG ou do § 28 (1) n.º 8 EU-UmgrG a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo das entidades cedentes ou da entidade beneficiária.

10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e § 28 (1) n.º 9 EU-UmgrG)

A escritura de fundação e os estatutos da entidade beneficiária são anexados ao presente projeto de fusão como anexo 10, nos termos do § 307 (2) n.º 9 da UmwG e do § 28 (1) n.º 9 da EU-UmgrG, e fazem parte integrante do projeto de fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam do anexo 10 após a conclusão da fusão.

11. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e § 28 (1) n.º 14 EU-UmgrG)

11.1. O direito dos credores das entidades cedentes de exigir a prestação de garantias é regido pelas disposições legais aplicáveis. Uma oferta separada, em conformidade com a Secção 28 (1) .º 14 da EU UmgrG e do artigo 307º (2) n.º 14 da UmwG não serão efectuadas no âmbito deste projeto de fusão.

11.2. No entanto, os credores das entidades cedentes têm o direito legal de exigir garantias, nos termos do artigo 37.º da EU-UmgrG. Por conseguinte, os credores de uma entidade cedente podem exigir que a entidade cedente preste uma garantia. Se este pedido não for satisfeito, a prestação de uma garantia deve ser exigida no prazo de três meses a contar da publicação do projeto de fusão através de uma ação contra a entidade beneficiária relevante. O credor deve demonstrar de forma credível que o seu crédito tem

que não pode exigir o seu cumprimento e que a fusão põe em risco o cumprimento do seu direito.

- 11.3. Não foram oferecidas salvaguardas adicionais aos credores no âmbito da fusão devido à sólida situação financeira, solvência e liquidez da entidade beneficiária. Os eventuais direitos legais dos credores das entidades cedentes de solicitarem salvaguardas não foram afectados.

12. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. Se qualquer disposição do presente projeto de concentração for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que se aproxime o mais possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das partes em termos do significado e do objetivo da disposição inválida, impraticável ou inaplicável. O mesmo se aplica a eventuais lacunas.
- 12.2. As alterações ou aditamentos a este plano de fusão requerem reconhecimento notarial (§ 307 (4) UmwG e § 34 (4) EU-UmgrG).
- 12.3. O local exclusivo de cumprimento e jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Munique, Alemanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão cumprirá igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.
- 12.4. As partes também concluem o plano de fusão nos termos do artigo 28.º da EU-UmgrG e do artigo 307.º da UmwG, com o mesmo conteúdo que um acordo de fusão (*Verschmelzungsvertrag*) na aceção do .º 4 do artigo 34.º da EU-UmgrG, sob a forma de um ato notarial austríaco ou de uma forma equivalente de reconhecimento notarial estrangeiro.
- 12.5. A fusão é efectuada com base nos benefícios do artigo I da lei austríaca sobre a reorganização fiscal (*Umgründungssteuergesetz - UmgrStG*).
- 12.6. Note-se que as Entidades cedentes não são proprietárias de quaisquer bens imóveis (ou seja, terrenos ou edifícios) e não se prevê que venham a adquirir tais bens imóveis até à Data de Conclusão.
- 12.7. As Partes declaram ainda que todos os requisitos necessários para a aplicação dos benefícios do artigo I da Lei austríaca relativa à reorganização fiscal (*Umgründungssteuergesetz - UmgrStG*) foram e continuarão a sê-lo e acordam que, em caso de ambiguidade ou de casos não considerados, serão aplicáveis as consequências jurídicas da Lei austríaca relativa à reorganização fiscal.

[*Páginas de assinatura*]

ANEXO (D)

**PLANO DE REORGANIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 39.O DA LEI AUSTRIACA
RELATIVA À REORGANIZAÇÃO FISCAL (UMGRÜNDUNGSSTEUERGESETZ - UMGRSTG)**

U M G R Ü N D U N G S P L A N
gemäß § 39 UmgrStG
zum Umgründungstichtag 31.12.2024

abgeschlossen zwischen

Allianz Partners Deutschland GmbH (Alemanha)
HRB 125610 (Handelsregister des Amtsgerichts München)
Bahnhofstraße 16, 85609 Aschheim, Bundesrepublik Deutschland (im
Folgenden "**APD**")

und

AP Solutions GmbH (Alemanha)
HRB 177695 (Handelsregister des Amtsgerichts München)
Königinstraße 28, 80802 München, Bundesrepublik Deutschland (im
Folgenden "**AP**")

und

AWP Áustria GmbH
FN 151080 b
Linzer Straße 225, 1140 Wien, Österreich (im
Folgenden "**AWP**")

und

AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH
FN 164216 w
Linzer Straße 225, 1140 Wien, Österreich (im
Folgenden "**AVS**")

§ 1 Observações

- 1.1 Die Parteien dieses Umgründungsplans sind übereingekommen, mehrere Umgründungen, die auf denselben Stichtag, den 31. Dezember 2024, bezogen werden, vorzunehmen. O objetivo das resoluções é a consolidação estrutura da empresa. Dazu werden die AWP und AVS grenzüberschreitend auf die AP verschmolzen und nachfolgend die deutsche AP auf ihre deutsche Schwesterngesellschaft, die APD, verschmolzen.
- 1.2 Da durch diese Schritte teilweise dasselbe Vermögen übertragen wird, wird für Zwecke des österreichischen Steuerrechts dieser Umgründungsplan gemäß § 39 UmgrStG erstellt und von sämtlichen an den Umgründungen Beteiligten unterfertigt. Gleichzeitig wird dieser Umgründungsplan am Tag der Beschlussfassung über die erste Umgründung gefasst. In allen Umgründungsverträgen wird auf diesen Umgründungsplan Bezug genommen. O plano de gestão de resíduos, de acordo com o § 39 da Umgründungsplan (Umgründungsplan) da UmgrStG, deve ser utilizado como um anexo para as disposições regulamentares dos resíduos e deve ser considerado como um elemento essencial dos vários resíduos.
- 1.3 Die einzelnen Umgründungsschritte werden nachfolgend in ihrer (zivilrechtlichen) Reihenfolge dargestellt. Die einzelnen Umgründungsschritte sollen für Zwecke des österreichischen Steuerrechts mit ertragsteuerlicher Wirkung auf denselben Stichtag bezogen werden, wobei für die betroffenenen Rechtsträger erst die letzte Vermögensübertragung als mit dem Beginn des auf den Verschmelzungstichtag folgenden Tages bewirkt werden soll.

§ 2 Descrição das condições e dos parceiros de direitos

- 2.1 Die AWP und AVS werden als übertragende Gesellschaften unter Anwendung der vereinfachten Bestimmungen des § 27 Z 3 lit d und § 28 Abs 3 EU- Umgründungsgesetz und § 307 Abs 3 des deutschen Umwandlungsgesetzes und unter Inanspruchnahme der umgründungssteuerrechtlichen Begünstigungen des Art I UmgrStG mit allen Rechten und Pflichten und unter Verzicht auf die Liquidation im Wege der Gesamtrechtsnachfolge grenzüberschreitend auf die AP als übernehmende Gesellschaft zur Aufnahme verschmolzen. Die Verschmelzung erfolgt für österreichische und deutsche ertragsteuerliche Zwecke rückwirkend zum Ablauf des 31.12.2024 als Verschmelzungstichtag unter Zugrundelegung der Schlussbilanzen der AWP und AVS jeweils zum 31.12.2024 ohne Kapitalerhöhung unter Anwendung von § 27 Z 3 lit d und § 28 Abs 3 EU-Umgründungsgesetz. Für die Verschmelzung werden die umgründungssteuerrechtlichen Begünstigungen des Artikel I UmgrStG (insbesondere die Fortführung der steuerlichen Buchwerte) in Anspruch genommen.
- 2.2 Die AP wird als übertragende Gesellschaft gemäß § 2 Nr. 1 des deutschen Umwandlungsgesetzes auf die APD verschmolzen. Die Verschmelzung erfolgt rückwirkend zum Ablauf des 31.12.2024 als Verschmelzungstichtag unter Zugrundelegung der Schlussbilanz der AP zum 31.12.2024.

§ 3 Abolição periódica das regulamentações

- 3.1 Für die unter § 2 beschriebenen Umgründungen wird folgende Reihenfolge (aus zivilrechtlicher Sicht) festgelegt:
- 3.2 In einem **ersten Schritt** erfolgt die Verschmelzung der AWP und AVS als übertragende Gesellschaften im Wege der Gesamtrechtsnachfolge auf die AP als übernehmende Gesellschaft gemäß Punkt 2.1.
- 3.3 In einem **zweiten Schritt** erfolgt die Verschmelzung der AP als übertragende Gesellschaft im Wege der Gesamtrechtsnachfolge auf ihre Schwesterngesellschaft, die APD, als übernehmende Gesellschaft gemäß Punkt 2.2.

§ 4 Betroffenes Vermögen

Die in §§ 2 und 3 beschriebenen Umgründungsschritte sollen aufgrund ihrer steuerlichen Wechselwirkung in ihrer Reihenfolge aufeinander abgestimmt werden. Die Umgründungsschritte betreffen teilweise dasselbe Vermögen, nämlich das Gesellschaftsvermögen der AWP und AVS. Die Umgründungsschritte sollen auf den gleichen Stichtag wirksam werden, sodass mit diesem Umgründungsplan auch aufgrund der Bestimmungen des § 39 UmgrStG die zur Umsetzung dieses Zieles erforderlichen Maßnahmen bzw Verträge und ihre Schrittabfolge festgelegt werden.

§ 5 Stichtag der Umgründungen

Ertragsteuerlicher Stichtag für sämtliche in §§ 2 und 3 beschriebene Umgründungen ist der 31.12.2024 (Tagesablauf) als ertragsteuerlicher Umgründungsstichtag (Verschmelzungsstichtag).

§ 6 Wirkung der Vermögensübertragung

Sämtliche an den Umgründungen beteiligten Gesellschaften legen fest, dass die letzte Vermögensübertragung ertragsteuerlich für den oder die davon betroffenen Rechtsnachfolger als mit dem Beginn des ersten auf den Umgründungsstichtag (Verschmelzungsstichtag) folgenden Tages bewirkt gilt.

Aschheim, München e Wien, em 09.04.2025

[Páginas de assinatura]

R E O R G A N I Z A Ç Ã O P L A N

nos termos do § 39 UmgrStG
a partir da data de reorganização 31 de dezembro de 2024

celebrado entre

Allianz Partners Deutschland GmbH (Alemanha)
HRB 125610 (Registo Comercial do Tribunal de Munique)
Bahnhofstraße 16, 85609 Aschheim, República Federal da Alemanha (a
seguir designada "**APD**")

e

AP Solutions GmbH (Alemanha)
HRB 177695 (Registo Comercial do Tribunal de Munique)
Königinstraße 28, 80802 Munique, República Federal da Alemanha (a
seguir designada "**AP**")

e

AWP Áustria GmbH
FN 151080 b
Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria (a seguir
designada por "**AWP**")

e

AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH
FN 164216 w
Linzer Straße 225, 1140 Viena, Áustria (a seguir
designada por "**AVS**")

Secção 1 Observações preliminares

- 1.1 As partes neste plano de reorganização concordaram em efetuar várias reorganizações com a mesma data efectiva de 31 de dezembro de 2024. O objetivo das reorganizações é simplificar a estrutura empresarial. Para o , a AWP e a AVS serão fundidas na AP através de uma fusão transfronteiriça e, posteriormente, a AP alemã será fundida na sua empresa-irmã alemã, a APD.
- 1.2 Dado que, em parte, são transferidos os mesmos activos em resultado destas medidas, este plano de reorganização é elaborado para efeitos da legislação fiscal austríaca, em conformidade com o artigo 39.o da lei austríaca relativa à reorganização fiscal (*Umgründungssteuergesetz - UmgrStG*) e assinado por todas as partes envolvidas nas reorganizações. , este plano de reorganização é adotado no dia da resolução sobre a primeira reorganização. É feita referência a este plano de reorganização em todos os acordos de reorganização. O plano de reorganização, na aceção do artigo 39.o da *UmgrStG*, é anexado aos acordos que regem as reorganizações e faz parte integrante dos acordos de reorganização individuais.
- 1.3 As etapas individuais da reorganização são apresentadas a seguir na sua sequência (de acordo com o direito civil). Para efeitos da legislação fiscal austríaca, as etapas individuais da reorganização devem estar relacionadas com a mesma data efectiva para efeitos de imposto sobre o rendimento, enquanto para as entidades jurídicas em causa a última transferência de activos só deve ser considerada como tendo ocorrido no início do dia seguinte à data efectiva da fusão (*Verschmelzungstichtag*).

Secção 2 Descrição das reorganizações e das entidades jurídicas em causa

- 2.3 A AWP e a AVS, na qualidade de entidades cedentes, serão fundidas na AP, na qualidade de entidade beneficiária, através de uma sucessão universal transfronteiriça, aplicando as disposições simplificadas do artigo 27, n.º 3, alínea d), e do artigo 28, n.º 3, da Lei austríaca relativa à reorganização da UE (*EU-Umgründungsgesetz - EU-UmgrG*) e do artigo 307, n.º 3, da Lei alemã relativa à transformação (*Umwandlungsgesetz - UmwG*) e tirando partido dos benefícios fiscais da reorganização previstos no artigo I da *UmgrStG*, com todos os direitos e obrigações, e renunciando à liquidação. 3 da Lei de Transformação alemã (*Umwandlungsgesetz - UmwG*) e aproveitando os benefícios fiscais de reorganização do Art I *UmgrStG* com todos os direitos e obrigações e renunciando à liquidação. Para efeitos do imposto sobre o rendimento austríaco e alemão, a fusão terá efeitos retroactivos a partir do final de 31 de dezembro de 2024 como data de fusão, com base nos balanços de encerramento da AWP e da AVS em 31 de dezembro de 2024, sem aumento de capital, aplicando o artigo 27 n.º 3 lit d e o artigo 28 (3) EU- *UmgrG*. A fusão utilizará os benefícios fiscais de reorganização previstos no artigo I da *UmgrStG* (em especial a manutenção dos valores contabilísticos fiscais).
- 2.4 A AP, na qualidade de entidade cedente, será fundida na APD, em conformidade com o artigo 2.º, n.º 1, da *UmwG*. A fusão terá efeitos retroactivos a partir de 31 de dezembro de 2024, data da fusão, com base no balanço de encerramento da AP 31 de dezembro de 2024.

Secção 3 Calendário das reorganizações

- 3.1 A sequência seguinte (do ponto de vista do direito civil) é estabelecida para as reorganizações descritas na Secção 2:
- 3.4 **A primeira etapa consiste** na fusão da AWP e da AVS, enquanto entidades cedentes, por sucessão universal, na AP, enquanto entidade beneficiária, em conformidade com a secção 2.1.
- 3.5 Numa **segunda fase**, a AP, enquanto entidade cedente, é fundida na sua sociedade irmã, a APD, enquanto entidade beneficiária, por sucessão universal, nos termos da secção 2.2.

Secção 4 Activos afectados

As fases de reorganização descritas nas secções 2 e 3 devem ser coordenadas na sua sequência, devido à sua interação fiscal. As etapas da reorganização dizem respeito, em parte, aos mesmos activos, nomeadamente os activos das empresas AWP e AVS. As etapas da reorganização devem entrar em vigor na mesma data efectiva, pelo que o presente plano de reorganização define igualmente as medidas e os acordos necessários para a realização deste objetivo e a sequência das etapas, com base nas disposições do artigo 39.o da UmgrStG.

Secção 5 Data efectiva das reorganizações

A data efectiva para efeitos de imposto sobre o rendimento para todas as reorganizações descritas nas Secções 2 e 3 é 31 de dezembro de 2024 (fim do dia) como data de reorganização para efeitos de imposto sobre o rendimento (data efectiva da fusão (*Verschmelzungstichtag*)).

Secção 6 Efeitos da transferência de activos

Todas as empresas envolvidas nas reorganizações estipulam que a última transferência de activos é considerada como tendo ocorrido, para efeitos de imposto sobre o rendimento, para o sucessor ou sucessores legais em causa, no início do primeiro dia seguinte à data da reorganização (data efectiva da fusão (*Verschmelzungstichtag*)).

Aschheim, Munique e Viena, em 09.04.2025

[Página de assinatura - Plano de reorganização entre a Allianz Partners Deutschland GmbH, AP Solutions GmbH, AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH e AWP Austria GmbH].

Allianz Partners Deutschland GmbH

[Assinatura Carsten Staat]

[Assinatura Matthias Menke]

Nome: Carsten Staat
(Título: Diretor-Geral)

Nome: Matthias Menke
(Título: Diretor-Geral)

[Página de assinatura - Plano de reorganização entre a Allianz Partners Deutschland GmbH, AP Solutions GmbH, AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH e AWP Austria GmbH].

AP Solutions GmbH

[Assinatura Laurent Nicolas Thierry Floquet]

[Assinatura Jacob Fuest]

Nome: Laurent Nicolas Thierry Floquet
(Título: Diretor-Geral)

Nome: Jacob Fuest
(Título: Diretor Executivo)

[Página de assinatura - Plano de reorganização entre a Allianz Partners Deutschland GmbH, AP Solutions GmbH, AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH e AWP Austria GmbH].

AWP Áustria GmbH

[Assinatura Georgeta-Florentina Costea]

[Assinatura Mag. Silke Zettl]

Nome: Georgeta-Florentina Costea
(Título: Diretora-geral)

Nome: Mag. Silke Zettl
(Título: Diretora-geral)

[Página de assinatura - Plano de reorganização entre a Allianz Partners Deutschland GmbH, AP Solutions GmbH, AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH e AWP Austria GmbH].

AVS Automotive Versicherungsvermittlung GmbH

[Assinatura Christian Reisner]

Nome: Christian Reisner
(Título: Diretor-Geral)

ANEXO 10
ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

Registo de documentos n. [Carimbo: 0264] G/2009

**Estabelecimento de um
sociedade de responsabilidade limitada de alemão
(*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)**

Neste dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e nove

- 23 de janeiro de 2009 -

compareceu perante mim **o Dr. Thomas Kilian**, candidato a notário, oficialmente nomeado
adjunto do notário

Dr. Tilmann Götte, em Munique,

com escritório em 80333 Munique, Briennerstraße 12/III, na propriedade situada na Königinstraße
28, em 80802 Munique, onde me desloquei a pedido:

1. Katrin Winterhalder, nascida em 19 de abril de 1970,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,
2. Werner Hierl, nascido em 14 de maio de 1959,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,

ambos conhecidos pessoalmente, [*aditamento manuscrito*: O Sr. Hierl identificou-se
adicionalmente o seu bilhete de identidade nacional,]

a seguir, actuando em nome da Allianz

Deutschland AG
com sede em Munique, Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Munique, registo
tribunal, HRB 158878,

e endereço em 80802 Munique, Königinstraße 28,

como seus titulares de uma procuração geral (*Prokuristen*) com poderes de representação
conjunta.

A pedido das pessoas presentes e em conformidade com as declarações por elas prestadas, reconheço notarialmente o seguinte:

I. Conclusão do acordo

A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, estabelece um

sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung* ou "GmbH")

e estabelece os estatutos da sociedade que figuram em anexo à presente escritura. A partir de hoje, considera-se que a sociedade se encontra em fase de constituição.

II. Capital social

O capital social da empresa é de 25.000,00 euros.

É subscrito no montante de EUR 25.000,00 pela Allianz Deutschland AG, Munique, e deve ser imediatamente pago em dinheiro e na íntegra junto da empresa.

III. Diretores executivos

As pessoas a seguir indicadas são nomeadas diretores executivos (*Geschäftsführer*):

1. Dr. Stefan Lütticke, Grasbrunn, nascido em 28 de dezembro de 1968,
2. Dr. Peter Damm, Dachau, nascido em 7 de junho de 1961;

estão autorizados pelos estatutos a representar a sociedade e estão isentos das restrições previstas no artigo 181º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), em conformidade com o artigo 7º dos estatutos.

IV. Cópias

As cópias autenticadas da presente escritura serão enviadas para:
o acionista, a
empresa,
a administração fiscal, o serviço de retenção na fonte sobre os
rendimentos de investimentos o tribunal de registo.

V. Conselhos do notário

O notário-adjunto informou as partes envolvidas, em particular, sobre o momento e os requisitos para a constituição da GmbH e sobre a sua responsabilidade pessoal por quaisquer actos praticados antes dessa data.

VI. Instalações comerciais

As instalações da empresa estão situadas na Königinstraße 28, em 80802 Munique.

, incluindo o anexo, pelo notário-adjunto, aprovado pelas
partes envolvidas
e assinados de próprio punho:

[em caligrafia: p.p. *[ilegível]*]

p.p. *[ilegível]*]

[Carimbo redondo: DR TILMAN GÖTTE
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura *ilegível*]
[em letra de forma: Adjunto do Notário].

Estatutos da sociedade

§ 1

Denominação social e sede social

1. A denominação social da empresa é:

AZ-Argos 52 Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH.

2. A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2

Objeto social

1. O objeto social da sociedade é a gestão de bens próprios e de terceiros.
2. A empresa pode investir em empresas na Alemanha e no estrangeiro, também como sócio geral, e gerir as suas actividades.

§ 3

Capital social

1. O capital social da empresa é

de 25.000,00 euros

- por extenso: vinte e cinco mil euros -.

O capital social deve ser imediatamente realizado na íntegra em numerário.

2. A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, compromete-se a efetuar a única entrada (inicial) no capital social da empresa no montante de 25.000,00 euros.

§ 4

Exercício financeiro

O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5

Publicações

Todas as publicações da empresa serão feitas no Jornal Oficial Federal eletrónico (*elektronischer Bundesanzeiger*).

§ 6

Resgate de acções

1. As acções podem ser resgatadas com o consentimento do acionista em causa através de uma resolução dos acionistas adoptada por maioria simples dos votos expressos.
2. A assembleia de acionistas pode deliberar que, em vez da amortização, a acção seja adquirida pela sociedade ou pelos restantes acionistas, na proporção das respectivas participações.

§ 7

Gestão e representação

1. A empresa tem dois ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). A empresa é representada por dois diretores-gerais ou por um diretor-gerente que actua em conjunto com um titular de uma procuração geral (*Prokurist*).
2. Os diretores executivos estão isentos das restrições previstas no artigo 181.º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*).
3. A direcção é responsável pela nomeação dos titulares de uma procuração geral.

§ 8

Demonstrações financeiras anuais, distribuição de lucros

1. As demonstrações financeiras anuais serão adoptadas e a resolução sobre a afetação dos lucros será aprovada dentro dos prazos previstos na lei.

2. Os acionistas podem decidir, em qualquer altura antes da adoção das demonstrações financeiras anuais após uma análise conscienciosa, por maioria simples, efetuar distribuições antecipadas do lucro anual previsto ou de partes do mesmo. Deve ser respeitado o artigo 30.º da lei alemã sobre as sociedades de responsabilidade limitada (*GmbH-Gesetz*).

§ 9

Aprovação de deliberações dos acionistas e assembleia de acionistas

1. Na medida em que tal seja legalmente permitido, os acionistas aprovarão resoluções sem necessidade de realizar uma assembleia de acionistas. Os votos podem ser expressos sem qualquer requisito de forma, mas devem ser expressos por escrito.

A direção pode exigir que os acionistas lhe apresentem as suas declarações de voto no prazo de uma semana após terem recebido o pedido de voto. Nesse caso, a não apresentação atempada das declarações de voto será considerada como uma não participação na votação.

2. As assembleias gerais de acionistas são convocadas pelos administradores se a lei ou os estatutos o exigirem ou se, por qualquer outro motivo, a convocação se revelar necessária no interesse da sociedade. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As assembleias podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone. Na medida do permitido por lei, as assembleias de acionistas podem realizar-se em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro, por decisão da administração.
3. Cada 50,00 euros do montante principal de uma ação confere um voto.

§ 10

Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, serão suportadas pela sociedade.

[em caligrafia: p.p. *[illegível]*]

p.p. *[illegível]*]

Certifico que os dados de imagem (cópia) contidos neste ficheiro correspondem à cópia impressa que me foi apresentada (original).

Munique, 5 de fevereiro de 2009

Dr. Tilman Götte
Notário

Registo de documentos n.º [carimbo: H 3764 / 24]

**Certificado nos termos do § 54, n.º 1, frase 2, da lei alemã sobre as sociedades de
responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz)**

Eu, Sebastian Herrler, notário público em Munique, certifico que as disposições alteradas dos estatutos abaixo indicados correspondem à deliberação de alteração dos estatutos, escritura deste cartório com data de 23 de julho de 2024, registo de documentos n.º H 3676/24, e que as disposições não alteradas correspondem ao último texto completo dos estatutos que foi apresentado ao Registo Comercial.

Munique, 25 de julho de 2024

[Carimbo redondo:
SEBASTIAN HERRLER
NOTÁRIO EM
MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
Sebastian Herrler
Notário Público

Estatutos da sociedade

§ 1 Denominação social, sede social

(1) A razão social da empresa é:

AP Solutions GmbH

(2) A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2 Objeto social da sociedade

O objeto social da empresa consiste em atuar simultaneamente como holding e como empresa de serviços.

(1) Função de holding e função de serviços partilhados:

a) a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de assistência, de seguros de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;

b) prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.

(2) Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:

a) organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;

b) a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;

c) corretagem de seguros e outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.

(3) Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a

a) realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;

b) utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;

c) estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações em tais empresas sob qualquer forma permitida por lei.

§ 3 Capital social, acções

(1) O capital social da sociedade é de 824.739,00 euros (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros).

(2) O capital social está dividido em 824.739 acções, cada uma com um valor nominal de 1,00 EUR.

§ 4 Duração da sociedade, exercício financeiro

(1) A empresa foi criada por um período indeterminado.

(2) O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5 Órgãos sociais da empresa

Os órgãos sociais da empresa são: o conselho de administração (§ 6) e a assembleia de acionistas (§ 7).

§ 6 Gestão e representação

(1) A empresa tem um ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). O número de administradores executivos é determinado pela assembleia geral de acionistas. A assembleia geral de acionistas pode nomear um presidente do conselho de administração. Se for nomeado apenas um diretor-geral, este representa sempre apenas a empresa. Se for nomeado mais do que um diretor-geral, a empresa será representada por dois diretores-gerais agindo em conjunto ou por um diretor-geral agindo em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*). A disposição anterior aplica-se igualmente aos liquidatários.

(2) Os diretores-gerais são nomeados e destituídos por deliberação dos acionistas.

(3) Em caso de celebração, alteração ou rescisão de contratos de prestação de serviços, a empresa é representada pela assembleia geral.

(4) A assembleia de acionistas elaborará um regulamento interno para o conselho de administração. O regulamento interno pode, *nomeadamente*, o tipo de operações que só podem ser efectuadas com o consentimento prévio da assembleia geral.

§ 7 Assembleias de acionistas e deliberações dos acionistas

- (1) As deliberações dos acionistas serão tomadas nas assembleias de acionistas, que também podem ser realizadas por telefone ou videoconferência, ou fora das assembleias de acionistas - desde que todos os acionistas participem - através de votos expressos por escrito, por telefone ou por meios electrónicos. As assembleias podem ser convocadas sem quaisquer requisitos formais especiais e podem, nomeadamente, ser convocadas verbalmente ou por telefone.
- (2) As deliberações dos acionistas serão adoptadas por maioria simples dos votos expressos, salvo se uma maioria mais elevada for exigida por lei ou pelos presentes estatutos.
- (3) Cada 1 euro do montante principal de uma ação confere um voto.
- (4) A assembleia de acionistas tem quórum se estiverem presentes ou representados na assembleia acionistas que detenham a maioria do capital social da empresa.
- (5) Os acionistas que não possam estar presentes na assembleia podem fazer-se representar por uma procuração em forma de texto.
- (6) As assembleias de acionistas são convocadas pela administração quando a lei ou os estatutos o exijam ou quando a convocação se revele necessária no interesse da sociedade por qualquer outro motivo, estando cada administrador delegado individualmente autorizado a convocar a assembleia. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As reuniões podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone ou meios electrónicos. Por decisão da administração, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro.
- (7) As deliberações aprovadas sem requisitos formais especiais serão documentadas para registo; nessa ata devem ser especificados o dia e a forma da aprovação da deliberação, o seu conteúdo e os votos expressos. A ata deve ser assinada pelos acionistas. As deliberações tomadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser aprovadas por escrito. Todas as actas e resoluções aprovadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser assinadas utilizando, pelo menos, uma assinatura eletrónica não qualificada (por exemplo, DocuSign ou Namirial). Estes requisitos de forma não se aplicam a resoluções notariais.

§ 8 Demonstrações financeiras anuais

- (1) A direção deve elaborar as demonstrações financeiras anuais (balanço, demonstração de resultados, notas) e, se exigido por lei, o relatório de gestão dentro do prazo legalmente estabelecido e apresentá-los à assembleia de acionistas imediatamente após a sua elaboração para efeitos de adoção. Se as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão (caso seja necessário elaborar um tal relatório) forem auditados por um auditor, os administradores submeterão estes documentos, juntamente com o relatório do auditor, à assembleia de acionistas, sem demora injustificada após a receção do relatório de auditoria do auditor.

(2) A assembleia de acionistas delibera todos os anos, no prazo definido por lei, nomeadamente, sobre a adoção das contas anuais e a aplicação de eventuais lucros ou prejuízos.

§ 9 Publicações

As publicações da Empresa serão efectuadas exclusivamente no *Bundesanzeiger* (Diário da República Federal da *Alemanha*).

§ 10 Divisibilidade

Se alguma das disposições dos presentes estatutos for ou se tornar inválida, no todo ou em parte, tal não afectará a validade das restantes disposições dos mesmos.

O mesmo se aplica quando as disposições individuais são impraticáveis. Para substituir uma disposição inválida ou impraticável ou uma parte inválida ou impraticável de uma disposição, a assembleia de acionistas acordará em disposições válidas ou praticáveis, respetivamente, que reflectam a intenção e o objetivo e, em particular, a substância económica da disposição que deve ser substituída.

§ 11 Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, foram suportadas pela sociedade.

Certifico que os dados de imagem contidos neste ficheiro (cópia) correspondem ao documento em papel (original) que me foi apresentado.

Munique, 25 de julho de 2024

Sebastian Herrler, Notário Público